

Alargamento da extensão da coisa julgada – alcance objetivo e subjetivo

RESUMO

Tece reflexões a respeito da extensão da coisa julgada, sugerindo a idéia de direito múltiplo à coisa julgada. Propõe a criação de lei especial, a qual, em situações especiais, considerasse um fato único com multiplicidade de partes, permitindo que uma delas, que não compareceu a juízo, aproveite a sentença daquela que foi a juízo. Entende que as alterações havidas no Código de Processo Civil não foram suficientes, pois é necessária a mudança de conceitos arraigados na cultura jurídica, não mais condizentes com os tempos atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Código de Processo Civil; coisa julgada – extensão; direito múltiplo.

Não vejo a necessidade de muita criação processual para se trazer à concretude uma idéia tão simples, como aquela relativa à coisa julgada. Pretendo, portanto, alargar os limites da coisa julgada. Digo "pretendo" porque vou expor essa idéia criando, paralelamente a ela, uma outra idéia de direito múltiplo à coisa julgada.

Alterar o art. 472 do CPC traz o risco de comprometer uma doutrina já consagrada: a de que terceiros devem ficar imunes àquilo que foi decidido em uma determinada relação processual. O que vejo, entretanto, é que sempre se pensa em prejuízos. Quem fala em coisa julgada para benefício? O Código fala em benefício, mas somos levados pela tradição e pela cultura do Direito italiano a raciocinar sempre no prejuízo.

Exemplificando: vamos supor que um edifício – como já andou acontecendo várias vezes neste País –, por erro de técnica de construção, venha a cair e um proprietário de um dos apartamentos vai à Justiça para promover ação de indenização. Eu, que também sou proprietário, não vou. Ele obtém um resultado positivo, eu posso obter um resultado negativo. Usando o mesmo exemplo com relação a veículo: um motorista de ônibus, por culpa, causa um acidente de trânsito e traz prejuízo a várias pessoas. Um pode obter o direito à indenização, e o outro, não. Aí me pergunto: será mesmo, sem nenhuma ficção jurídica, científica ou de qualquer outra natureza, que são dois fatos? São partes diferentes? A Justiça tem de se dar ao trabalho de resolver a questão que está no processo ou a que está em litígio, fazendo dessa idéia uma ficção, aí sim, para entendê-la melhor do que o pedido e a causa de pedir especifi-

camente naquele processo.

Não há reflexões desse tipo. E os casos se multiplicam. Já se falou do FGTS. Será que existe uma relação jurídica diferenciada entre cada trabalhador e o FGTS, ou temos uma única relação com multiplicidade de partes em um dos pólos, ou podemos até ter menos? Essas reflexões poderiam ser pesadas de uma forma melhor. A sensação de impotência por estar decidindo, mas não resolvendo o litígio é que me move ao desconforto. É com indignação que todos temos de ver tantos e tantos casos que precisam ser trazidos a foros como o STJ. Vamos nos movimentar, porque só assim refletiremos, senão continuaremos fazendo mudanças localizadas no CPC, que não resolvem o problema. De 1990 para cá, houve muitas mudanças, que ajudaram muito, mas não resolveram o problema. A solução é fazer alterações que mudem conceitos. Por que fomos ao Direito italiano? Sabemos que todo esse problema vem dos romanos, do *Corpus Juris Civilis*, da origem do Direito italiano. Não consideraram o *Corpus Juris Civilis* bastante em si mesmo para a felicidade do povo romano. É muito mais do que prepotência. Não há, para comparar com os padrões daquela época, um adjetivo próprio para dizer o que seja. Não estamos menosprezando o Direito romano. Seria uma atitude irresponsável de minha parte, já que essa é umas das matérias que leciono e transmito a meus alunos com muito amor.

Vamos ao ponto crucial. Minha idéia baseia-se no direito múltiplo à coisa julgada em situações especiais. Não proponho a alteração no art. 472, mas a criação de uma lei especial que, em situações especiais, considere um fato único com multiplicidade de par-

tes, permitindo que uma delas, que não compareceu a juízo, quer de forma isolada, quer como litisconsorte, aproveite a sentença da que foi a juízo e simplesmente a execute. Isso pode causar perplexidade, mas a modernização passa por coisas desse tipo. Entendo que coisa julgada é questão político-científica. Não estou propondo destruir nada, mas que, em situações especiais, tenhamos uma consideração especial. Os romanos e os italianos da época dos conceitos não tinham condomínio, não tinham FGTS, não tinham consórcio, atividades com características de ter em um dos pólos uma multiplicidade incrível de interessados, que, por desgraça do processo, são considerados, cada um, como uma relação separada, levando-nos a pensar assim, repetidamente, há tanto tempo.

O Direito, que sempre foi dinâmico, hoje deve ser moderno. Não podemos confundir as duas coisas. Deve ser moderno, prático, sem deixar de ser científico. Estou cansado de ver injustiças acontecerem sem nada poder fazer. No interior do meu Estado, Mato Grosso do Sul, há coisas lindas, maravilhosas, colocadas pelas mãos de Deus: Corumbá, Jardim, que encantam todos que para lá vão. Mas, também, há coisas terríveis: temos 500 km de fronteira seca, ou seja, uma rua que de um lado é o Paraguai e de outro é o Brasil. Esse fato significa muito, porque se temos problemas sociais, jurídicos e de toda ordem no Brasil, no Paraguai, eles existem de forma dobrada e nos são transmitidos como uma febre aftosa. Podem até nos levar à interdição econômica, o que interessaria para muitos, mas sacrificaria os poucos que estão lá.

Se não houver a idéia de que o Direito deve ser dinâmico, moderno e

* Texto baseado em conferência proferida no Fórum de Debate sobre Modernização do Direito, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Associação dos Magistrados Catarinenses e Escola de Magistrados de Santa Catarina, no Balneário Camboriú-SC, de 9 a 11 de novembro de 2000.

Se não houver a idéia de que o Direito deve ser dinâmico, moderno e prático, o Direito do Processo será pequeno e com ele será pequeno, também, o Judiciário. (...) Sabemos que o problema do Judiciário não é dos magistrados, mas do Direito Processual. (...) O Judiciário só será grande quando puder servir a todos.

prático, o Direito do Processo será pequeno e com ele será pequeno, também, o Judiciário. Não há possibilidade de se desvincular a pequenez do Processo Civil brasileiro com a do Judiciário. Sabemos que o problema do Judiciário não é dos magistrados, mas do Direito Processual. Na sua grande maioria, essa é a verdade. O Judiciário só será grande quando puder servir a todos. A vala social de injustiça que essas demandas repetidas provocam, humilha-nos. A simples possibilidade de sentenças contraditórias coloca o Poder Judiciário em xeque. O trabalho do Judiciário, hoje, com essas demandas repetidas, é inútil e esgotante, pois quando pensa que se extinguiu um processo, tem de recomê-lo naquele mesmo trabalho. Se alargássemos os limites da coisa julgada, as decisões seriam valorizadas.

O trabalho de decidir é científico, de imensa prospecção, que vale por um momento tão breve que, às vezes, nos faz pensar: de novo? Outra vez a mesma coisa? Hoje, as Fazendas Públicas, principalmente em grau de recurso, brincam com a paciência dos tribunais. É muito difícil entender que situações já julgadas proliferem ainda nos tribunais, como o INSS e o IPI e se

repetem todos os dias. Estamos fazendo o que como Poder? Nada ou muito pouco. Se estamos fazendo nada, estamos distribuindo nada. Devemos valorizar a decisão do juiz de 1ª Instância, evitar decisões antagônicas, diminuir o número de processos e facilitar a compreensão por parte do jurisdicionado a respeito do nosso trabalho. Ninguém vai conseguir me convencer, até que se sustente isso com muita clareza, que o conceito de cientificidade deva, nesses casos, ultrapassar a consciência do prático. Ninguém vai me convencer de que o condômino de um prédio que ruiu pode ter a sua ação com julgamento de improcedência, quando a do outro já foi procedente. Ninguém vai me convencer de que a primeira sentença pudesse ser executada facultativamente. Esqueci-me de me referir a essa faculdade: se achar que o meu vizinho condômino pediu mal ou não pediu tudo o que podia, não adiro à coisa julgada e proponho a minha ação. Mas a empreiteira, o dono do prédio vai ficar com a fase de conhecimento suprimida – diria alguém. Mas é para ficar. Ele já discutiu, já foi até o Supremo Tribunal Federal uma vez. Uma vez não basta? Precisamos repetir todos esses procedimentos quantas vezes para dizer que o devido processo legal foi atendido e ele deve se satisfazer com a decisão do Estado? O devido processo legal é isso mesmo ou podemos ter uma visão diferente? O problema é único, o fato é único, a relação jurídica subjacente é única e existe multiplicidade de partes – somente. Se houver lei especial em casos especiais, repito, essa doutrina pode se desenvolver, ainda que em nome da ficção. O Código Civil e o Código de Processo Civil estão cheios de ficção: “Quando o réu é citado por edital, subentende-se que tomou conhecimento da demanda”; “Quando não contesta no prazo de quinze dias, é rebelde, não quis se defender”; e, às vezes, sabemos que foi o advogado que perdeu o prazo. Até o depósito, que pode levar à prisão civil, pode passar pelo crivo da ficção no Código Civil. Por que não se chegar a essa conclusão? Já existem coisas desse tipo no ordenamento. O avalista que paga a dívida se converte de executado em exeqüente. Se houver a sucumbência recíproca, quem não apelou pode aderir à apelação do outro. Não há inversão de pólo no caso do avalista? Não se supera a preclusão no segundo caso? São questões que estão assentadas e que não causam mais perplexidade, mas que, em princípio, assustariam.

Portanto, essa visão pode ser útil se essa lei especial fosse bem elaborada para casos especiais. A questão da coisa julgada, tanto no alcance objetivo quanto subjetivo, é meramente política que pode consequentemente ser legislada, principalmente porque hoje temos uma situação que a justifica inteiramente.

ABSTRACT

This reflects upon the extension of the *res judicata* and proffers the idea of multiple rights in relation to the same. It proposes the creation of a special law which, in specific situations, allows for one case with multiple parties. This means that the party who does not appear at the trial also receives the same sentence handed down by the court to the party present. It considers that the modifications to the CPC were not adequate given the need to change the concepts rooted in juridical culture and which are no longer in keeping with the times.

KEYWORDS – Civil Procedural Code; *res judicata* – extension; multiple right.

Carlos Ismar Baraldi é Juiz de Direito aposentado do Mato Grosso do Sul, Coordenador da Escola Superior de Magistratura do Mato Grosso do Sul e Professor do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.